



CONSELHO DA CIDADE DO NATAL – CONCIDADE

FORMULÁRIO PADRÃO

TEMA A SER TRATADO:

☒ Alteração

☐ Esclarecimento/Dúvida

☐ Acréscimo

NOME COMPLETO: _____

ENDEREÇO: _____

INSTITUIÇÃO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente

(se estiver representando a mesma)

E-MAIL: mprn45.natal@hotmail.com

TELEFONE: 3232-1592

DESCRIÇÃO SUCINTA DA PROPOSTA: (havendo necessidade de um detalhamento da proposta, o Proponente poderá enviar como anexo)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, pela 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Natal, em resposta ao Ofício nº 53/2016 – CONCIDADE/NATAL, vem informar que firmou convicção no sentido de que a nova versão para a regulamentação da ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - ZPA-10 que foi apresentada pelo CONCIDADE fragiliza aspectos ambientais e sociais da ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL em apreço. A proposta do Ministério Público, portanto, é pela alteração da proposta do CONCIDADE, para manutenção do texto da SEMURB, com a incorporação das sugestões já encaminhadas pelo Ministério Público em decorrência da perícia realizada pela UFRN/FUNPEC. Segue em anexo o Relatório Técnico da assistente ministerial da 45ª Promotoria de Justiça.

INCLUIR

☒ SIM ☐ NÃO

ANEXOS:

OBS: A capacidade de armazenamento dos anexos ficará à cargo do provedor de e-mail a ser utilizado pelo Proponente para enviar seus anexos.

45ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE NATAL

Avenida Floriano Peixoto, 550. Petrópolis, Natal-RN
Tel.: 3232-7176 e 3232-7180, e-mail.: pjdma.secretaria@gmail.com

Ofício nº 475/2016 – 45ª PJDMA

Natal, 27 de julho de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor

ALBERT JOSUÁ NETO

DD. Vice-Presidente do CONCIDADE Natal

Rua Ulisses Caldas, 81 - Cidade Alta

N E S T A

Referência: Inquérito Civil nº 24/2011

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 53/2016 – CONCIDADE/NATAL**

Senhor Vice-Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, pela 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Natal, em resposta ao Ofício nº 53/2016 – CONCIDADE/NATAL, vem informar que firmou convicção no sentido de que a nova versão para a regulamentação da ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - ZPA-10 que foi apresentada pelo CONCIDADE fragiliza aspectos ambientais e sociais da ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL em apreço. A proposta do Ministério Público, portanto, é pela alteração da proposta do CONCIDADE, para manutenção do texto da SEMURB, com a incorporação das sugestões já encaminhadas pelo Ministério Público em decorrência da perícia realizada pela UFRN/FUNPEC. Segue em anexo o Relatório Técnico da assistente ministerial da 45ª Promotoria de Justiça.

Atenciosamente,

[Assinatura]
GILKA DA MATA

45ª Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente

Recebi em 27/07/16
às 14:02
[Assinatura]
(Gab.)

*feito x autos
autos do IC
24/11(ZPA10)
Notel, 18/01/16
[assinatura]*

MPORN
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
45ª PROMOTORIA DE DEFESA E JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE

**RELATÓRIO TÉCNICO: Contribuições à nova proposta de regulamentação da
Zona de Proteção Ambiental 10 (ZPA10)**

Introdução

O presente relatório trata do atendimento ao despacho da 45ª Promotora de Justiça, fl. 401, para relacionar os pontos da proposta de regulamentação da Zona de Proteção Ambiental 10 (ZPA 10), apresentada pelo CONCIDADE, com a que foi avaliada pelo MPRN.

• **Histórico**

A Zona de Proteção Ambiental 10 (ZPA 10), que compreende o Farol de Mãe Luiza e seu entorno encostas dunares e adjacências à Via Costeira, entre o Farol de Mãe Luiza e a Avenida João XXIII.

A Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB) apresentou em 2010, uma proposta elaborada em conjunto ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), fls. 60 a 74. Com a finalidade de auxiliar a avaliação da primeira proposta, o Ministério Público, através da 45ª Promotoria de Meio Ambiente, contratou a FUNPEC/UFRN para a elaboração de Laudo Técnico que foi realizado por uma equipe multidisciplinar com professores dos departamentos de Arquitetura e Geografia, fl. 127 dos autos.

Em 6 fevereiro de 2012, o Ministério Público entregou à SEMURB, como contribuição, a proposta de substitutivo, fls. 113 a 120, ao anteprojeto de Lei da ZPA-10, realizada com base nos estudos realizados pelos técnicos da SEMURB, pelo IBAM e pelos peritos do Ministério Público. A SEMURB, no dia 8 de fevereiro, realizou audiência pública para apresenta a minuta elaborada pela SEMURB/IBAM, na qual as entidades representativas de classes, entidades públicas e organizações sociais tiveram a

[assinatura]

oportunidade de apresentar suas contribuições e questionamentos sobre os estudos que embasaram a proposta de Lei e os próprios regulamentos propostos no zoneamento.

Na oportunidade, o Ministério Público apresentou os resultados do Laudo pericial, fls. 200 a 257, que foi entregue à SEMURB, junto com a proposta de substitutivo, fls. 113 a 120, ao anteprojeto de Lei da ZPA-10, como contribuição ao processo de regulamentação da referida ZPA.

De acordo com o fluxograma que orienta as etapas do processo de regularização das ZPAs, fl. 130, a SEMURB ficaria encarregada de sistematizar as contribuições da Audiência Pública, junto com as encaminhadas pelos Conselhos Municipais. Após, a nova minuta deveria ser encaminhada ao CONCIDADE.

Em setembro de 2014, atendendo as diligências da 45ª Promotoria de Justiça, a Semurb encaminhou o ofício nº 1246/2014-GAB, informando que a minuta já estava sendo analisado pelos CONCIDADES.

Em setembro de 2015, novamente atendendo as diligências da 45ª Promotoria de Justiça, encaminhou o ofício nº 1343/2015-GAB-AJUR, no qual foi informado em síntese: que em função de demandas do CONCIDADES, a SEMURB estava realizando uma análise da ZPA 10 à luz do novo Código Florestal, Lei. Nº 12.651/2012, para verificar o enquadramento das Áreas de Preservação Permanente (APP) e subsidiar as demandas do referido conselho. (Fls. 387/389)

O CONCIDADE, então, em dezembro de 2015 fez o chamamento para a realização de uma Audiência Pública de discussão da regulamentação da ZPA-10, fls. 390 e 391, que foi cancelada, sendo remarcada apenas em maio de 2016, para o dia 4 de junho de 2016. (fl. 400)

Na citada audiência o Ministério Público constatou, a ausência de prazos para o envio de contribuições da sociedade para aprimoramento do texto, bem como que a minuta apresentada não havia sido disponibilizada na íntegra, pois não apresentava o mapa com o subzoneamento proposto. (fl.401)

Conciedade
6/11

1. Apontamentos: Contribuição MP/RN x Ante Projeto de Lei da ZPA 9- Minuta CONCIDADE

Conforme descrito no histórico, após a elaboração do Laudo Técnico da UFRN/FUNPEC (2012), a 45ª Promotoria de Justiça elaborou, como contribuição, a proposta de substitutivo, fls. 113 a 120, ao anteprojeto de Lei da ZPA-10.

O CONCIDADE disponibilizou, no *site* do Conselho, o (a) Parecer do Grupo de Trabalho do Concidade eferente a ZPA 10; (b) Quadro resumo, com as versões da SEMURB, - Revisada e CONPLAM; (c) Ante Projeto Versão SEMURB; (d) Ante Projeto Versão CONPLAM; (e) Mapa de Zoneamento da ZPA 10 – com as alterações do CONCIDADES; (f) Análise comparativa realizada pela SEMURB; (g) Despacho do CONCIDADES solicitando diligências a SEMURB; e (h) Parecer técnico da SEMURB, em resposta as diligências do CONCIDADES. (ANEXO I)

Deve-se ressaltar, que no parecer da SEMURB ao CONCIDADES, há uma nova proposta de zoneamento em função das análises ambientais realizadas, que ratificaram a ZPA 10, em sua totalidade, como uma área de Preservação Permanente, assim como os estudos da UFRN/FUNPEC (2012).

Diante destas considerações, a análise será realizada diretamente entre a contribuição apresentada pelo Ministério Público em 2012, e a versão Consolidada do CONCIDADES.

A Proposta do GT – Concidade absorveu, de modo geral, a estrutura apresentada pela SEMURB, após as contribuições da sociedade e dos conselhos, em especial, a contribuição realizada pelo Ministério Público, em forma de minuta de Lei, conforme pode ser observado no Quadros comparativos das propostas de regulamentação da ZPA 10, anexo ao presente relatório. (ANEXO II)

Portanto, cabe aqui apontar as alterações realizadas que deixam o Ante Projeto, que fragilizem os aspectos ambientais e sociais na ZPA 10.



• **Art. 2º – Caracterização da ZPA 10**

Na contribuição do MPRN, o Art 2º caracteriza a ZPA 10 como uma Área de Preservação Permanente – APP, ratificado, quase em sua integralidade, pela SEMURB e CONPLAM.

Na proposta do CONCIDADES (GT) foi retirado esta caracterização da ZPA como uma APP e o parágrafo único. Conforme já esclarecido, a SEMURB elaborou um Parecer técnico, datado de setembro de 2015, para o GT do CONCIDADES, esclarecendo que a ZPA 10 é uma área de preservação permanente, considerando o Novo Código Florestal, Lei Nº 12.651/2012, e das legislações de proteção estaduais e municipais vigentes.

Mesmo com estas considerações, o GT-CONCIDADES, em seu parecer, o GT do CONPLAM concluiu que “o subzoneamento proposto para a ZPA , ao admitir uso e ocupação em alguns trechos da área, caracterizada integralmente como área de preservação permanente (a despeito das ocupações consolidadas), conflita com o conceito de área de preservação permanente”.

Tendo em vista, que a SEMURB ratificou a condição de APP da ZPA 10, **compreende-se ser mais adequado manutenção do texto do MPRN, ratificado pela SEMURB e CONPLAM.** Em relação ao argumento do GT do CONPLAM, entende-se que a própria condição de APP, garante o direito a moradia das famílias, conforme Art8º do Código Florestal e a alínea d, inciso IX, do Art. 3º do Código Florestal, não existindo conflito com a função social da área.

Art. 8º A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.[...]

§ 2º A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 4º poderá ser autorizada, excepcionalmente, em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.

§ 3º É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e

obras de interesse da defesa civil destinadas à **prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.**

§ 4º Não haverá, em qualquer hipótese, direito à regularização de futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa, além das previstas nesta Lei.

Art. 3º [...]

IX – interesse social:

- a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas;
- b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área;
- c) a **implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas nesta Lei;**
- d) a **regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas na Lei no 1 1.977, de 7 de julho de 2009;**
- e) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade;
- f) **as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;**
- g) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal;

Art. 4º

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

• Art. 7º – Subzonas de Conservação 1 e 5 – Passa a ser SC1 e SUR3

A proposta do GT/CONCIDADES mantém a classificação da Subzona de Conservação 1 e altera a Subzona de Conservação 4, para uma Subzona de Uso restrito (SUR-3), diferente das propostas anteriores propostas pelo MP/RN, SEMURB e CONPLAM. Esta alteração, primeiramente, revela que a proposta do CONCIDADES(GT) considera que as áreas possuem níveis de fragilidade distintos, diferente das versões anteriores.

Ao mesmo tempo, mantém as duas áreas no mesmo artigo (Art. 7º), sob a mesma definição de ter *“o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a ZPA, decorrentes da incompatibilidade do tipo de ocupação existentes nessas áreas e a vulnerabilidade natural do local”*.

As duas subzonas passam a ser diferenciadas com a alteração do inciso I, que passa a tratar exclusivamente da SC1, e com a criação do inciso II, que passa a tratar apenas da SUR 3. Este inciso, permite novas construções e ampliações nos lotes, divergindo das propostas anteriores, e, principalmente, *“do conceito de minimizar os impactos sobre a área”*.

O mesmo, ocorre com o inciso VII, que passa a tratar exclusivamente da SC1, e com a criação do inciso V, que trata exclusivamente da SUR e permite desmembramentos nos lotes, divergindo das propostas anteriores, do propósito de **“minimizar os impactos sobre a área”** e, principalmente, contraria as prescrições da Lei nº 4663/1995, que trata da AEIS de Mãe Luiza, no momento em que não limita remembramentos do solo aos 200 m² conforme artigos 7 e 8 da referida Lei.

Art. 7º – Será de 200 m² (duzentos metros quadrados) o maior lote permitido na Área Especial de Interesse Social – AEIS, no bairro de Mãe Luiza.

Art. 8º – Para o uso institucional, poderá ser ultrapassado a área estabelecida no artigo anterior, desde que autorizado pelo órgão competente após consulta prévia ao CONPLAM. (Lei nº 4663/1995, que trata da AEIS de Mãe Luiza)

Outro ponto que merece destaque são os parágrafos 1ª e 2ª, estabelecidos inicialmente na proposta da Semurb e replicado pelo CONPLAM e, quase integralmente, pelo CONCIDADES. Estes parágrafos estabelecem parâmetros urbanísticos para as subzonas, superiores ao sugerido na contribuição do MP/RN.

Compreende-se que esta alteração fragiliza não só o objetivo de preservação e minimização dos impactos ambientais sobre a ZPA, mas também fragiliza a legislação da AEIs de Mãe Luiza. No tocante a SUR3, as prescrições ficam superiores ao padrão estabelecido na Lei nº 4663/1995, que trata da AEIS de Mãe Luiza. Refere-se aos parâmetros padrões, pois se for avaliado sobre a perspectiva do subzoneamento, a área em quase sua totalidade se enquadraria na área 3 – Área de Conservação – AC, sem prescrições de ocupação.

No caso da SC1, deve-se avaliar adequadamente o impacto das prescrições estabelecidas sobre uma área de extrema fragilidade, com trechos com risco de erosão e de movimento de massa, conforme discriminado as folhas 26 a 30, do Laudo pericial da UFRN/FUNPEC.

- Art. 8º – Subzonas de Conservação 2 e 4 – Passa a ser SUR1 e 2

A proposta do GT/CONCIDADES altera a classificação das Subzonas, divergindo das versões do MP/RN, SEMURB e COMPLAM.

Além disso, a versão do GT/CONCIDADES retira o inciso II e suas alíneas, que estabelecem as prescrições urbanísticas das subzonas, em especial, das novas edificações na área, fragilizando a Proposta. Além disso, não ficou claro se a versão do CONCIDADES, mantém o paragrafo único da versão do CONPLAM, que também detalharia as prescrições possíveis no local.

- Art. 9º – Subzonas de Conservação 3 – Passa a ser SC2

A proposta do GT/CONCIDADES mantém a classificação da Subzona, em acordo com as versões do MP/RN, SEMURB e COMPLAM.

Quanto ao restante do texto, a versão do GT/CONCIDADES incorpora alterações realizadas pela SEMURB e CONPLAM, incluindo prescrições urbanísticas, como o coeficiente de aproveitamento, diferenciados por uso.

Neste sentido, considera-se que a nova versão fragiliza a proteção da área, ao permitir uma taxa de ocupação de até 20% na área de domínio militar. Além disso,

deve-se ressaltar, a referida subzona possui uma área privada, que grande interesse imobiliário, devendo-se deixar claro que a área é uma APP, conforme Parecer da SEMURB, e os usos permitidos devem atender as exceções do Novo Código Florestal, Lei Nº 12.651/2012.

- **Art. 10º – Regras de Saneamento**

Primeiramente, deve-se destacar que o art. 10º e 11º, faziam parte da versão da minuta da Semurb/IBAM, e foram retirados na contribuição do MPRN.

Outrossim, o artigo trata da instalação de empreendimentos nas subzonas, exceto a subzona de Preservação (SP), aceitando a possibilidade de novas construções na SC1 e SC5(SUR3), divergindo da proposta do MPRN.

- **Art. 13º – Direito de Preempção**

No tocante ao Direito de preempção, avalia-se um avanço conceitual na proposta do CONCIDADES, na tentativa de definir os usos a que se destina o Direito de Preempção em cada Subzona.

No entanto, a proposta não inclui todas as subzonas, como apresentado no Art. 12º da contribuição do MPRN e ratificados nas versões da Sermub (Art 14) e CONPLAM (Art 13).

A SUR2 (SC4- versão MPRN), poderia ser inserida no inciso que especifica a destinação do direito de preempção para a implantação de HIS, tendo em vista o local possuir uma ocupação habitacional consolidada e com infraestrutura instalada (excetuando-se as áreas de risco). Já a SUR 1 (SC2-versão MPRN), precisaria de uma avaliação adequada, tendo em vista que segundo o PMRR, toda a área deveria ser removida, portanto, caberia sua inclusão no inciso II, para a ampliação da subzona de preservação.

- **Art. 11º – Criação da Unidade de Conservação - RETIRADO**

A proposta do Concidade retirou o Art. 11, da versão do MPRN, que trava a criação de uma Unidade de Conservação(UC). Nas versões da SEMURB e CONPLAM,

o artigo é mantido, respectivamente Art 16 e Art 5, com a especificação das subzonas em que poderiam ser criadas a UC, a de preservação de conservação.

No quadro resumo, o COCIDADE resume seu posicionamento:

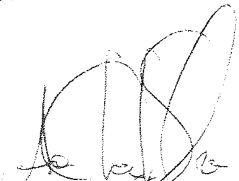
- O GT não pode opinar sobre o dispositivo, porque não há comprovação da titularidade da área.
- Na área militar federal não é possível estabelecer UC municipal;
- o GT opinou em suprimir esse dispositivo e remeter a eventual criação de UC quando se refere ao direito de preempção.

2. Outras considerações específicas ao texto do Ante Projeto de Lei

Além das considerações apresentadas, as demais alterações foram destacadas nos Quadros comparativos das propostas de regulamentação da ZPA 10, anexo ao presente relatório. (ANEXO II).

Seguem anexos ao presente relatório, I – CD contendo os dados disponibilizados no site do CONCIDADE, II - Quadros comparativos, III – Mapas impressões com os zonamentos propostos ao longo do processo de regulamentação.

Natal, 15 de julho de 2016.


Ana Claudia de Sousa Lima
Assistente Ministerial
Mat. 200.044-0